



Prof. Fábio Pereira de Sousa

Conselheiro do Conselho de Educação do DF desde 02/10/2013, designado como membro nato, responsável pela formulação das diretrizes para o planejamento do sistema de Ensino do Distrito Federal e a implementação da avaliação educacional desse Sistema, na função de Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

55 anos do Conselho de Educação do Distrito Federal

1. Revista *Com Censo* (RCC) – O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) possui quatro membros natos, representantes de órgãos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). O Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) é um representante da SEEDF que exerce a função de Conselheiro como membro nato. Quais são, resumidamente, as atividades desenvolvidas na SUPLAV, e qual a sua relação com o CEDF?

Fábio Pereira de Sousa - A SUPLAV, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, atua em constante articulação com o CEDF, já que lhe compete: definir políticas e diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico, acompanhamento e avaliação da SEEDF, elaborando normas e diretrizes sobre a organização e o funcionamento do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em conformidade com o CEDF. A SUPLAV também é responsável por implementar,

acompanhar e avaliar programas e projetos direcionados ao aprimoramento da organização e do funcionamento do Sistema de Ensino do Distrito Federal, acompanhar e garantir a aplicação da legislação específica no Sistema de Ensino do Distrito Federal e supervisionar, orientar e inspecionar as unidades escolares do Distrito Federal.

2. RCC - Como se desenvolveu sua carreira na SEEDF, em outras palavras, sua trajetória até a atual posição de Subsecretário e Conselheiro?

Fábio - Sou professor efetivo da SEEDF desde 16 de março de 1999. Sou formado em Biologia, pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Gestão Escolar e capacitado em Liderança Educacional pela Academia de Liderança de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Atuei como professor de Ciências Naturais e Biologia, como encarregado administrativo e como diretor do Centro de Ensino Fundamental (CEF) Polivalente por dez anos. Pelo trabalho desenvolvido nessa escola, fui vencedor do prêmio "Referência Nacional em Gestão Escolar/2007". Atuei como Gerente de Ensino Fundamental da SEEDF em 2009 e como Coordenador da Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro em 2009/2010. Desde 2013, sou Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do DF.

3. RCC - Quais experiências e desafios o Conselheiro destacaria, considerando sua gestão no CEF Polivalente, que contribuíram para alcançar a premiação de "Referência Nacional em Gestão Escolar/2007"?

Fábio - Várias ações foram essenciais para a conquista desse prêmio por nossa comunidade escolar, mas, com toda certeza, o diferencial foi o processo de gestão implantado na escola por uma equipe unida e coesa, afinada com os objetivos, metas e valores da Proposta Pedagógica. A metodologia utilizada foi a avaliação da gestão e a avaliação entre pares de trabalho da equipe, tendo como referência o diálogo constante entre estudantes, seus responsáveis e professores. Outro ponto importante na gestão trata-se da valorização de cada servidor da escola, sendo possível com isso tornar o Polivalente uma escola eficaz, ou seja, uma escola que realiza as aprendizagens com sucesso no período proposto. Como grande desafio, tivemos a implantação da Educação Integral, pioneira no DF com o formato de 10 horas com atividades na unidade escolar, para atender cerca de 1.200 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Outras dimensões que nos preocupamos foi com a organização dos espaços físicos, formação dos profissionais, conquista dos estudantes e responsáveis com o objetivo de mobilizá-los em relação ao

sentimento de pertencimento ao projeto pedagógico da escola. Além disso, implementamos a inclusão com qualidade priorizando assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Dentre os pontos fortes da escola, destaco o engajamento do grupo, que nos possibilitou estar gestor no CEF Polivalente, com sucesso, pois havia o compromisso de todos com a qualidade da educação ofertada, comprovados por meio dos indicadores educacionais (cerca de 97% dos estudantes foram aprovados em 2007).

4. RCC - Quais as principais experiências e os desafios enfrentados durante a sua atuação como Coordenador da Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro?

Fábio - Poder colaborar e compartilhar minha experiência frente à gestão do CEF Polivalente com os gestores de outras escolas foi o momento mais rico desse período. A Regional de Ensino tornou-se um espaço amplamente democrático, aberto a críticas, comprometido com a melhoria de todas as escolas, com foco numa gestão humanizada e pedagógica. O grande desafio foi envolver novamente os gestores no processo e demonstrar que, com a colaboração de todos, poderíamos avançar mais em direção ao sucesso dos estudantes. Nessa perspectiva, contamos com a reflexão coletiva, aprendizado e envolvimento das equipes gestoras das mais de 100 unidades escolares, para alcançarmos melhores resultados educacionais.

5. RCC - Considerando a função de membro nato do CEDF, que o senhor exerce desde 2013, quais experiências o Conselheiro pode destacar que contribuíram para o enriquecimento da sua carreira educacional?

Fábio - Como Conselheiro de Educação, participei ativamente do debate e da elaboração de normas para organização e funcionamento do Sistema de Ensino do Distrito Federal. Colaborei na construção da revisão da Lei da Gestão Democrática (Lei nº 4.751/2012), do currículo da rede pública de ensino, das diretrizes pedagógicas e de avaliação. Além de outras políticas, planos, projetos e programas educacionais propostos para a educação no Distrito Federal. Essas ações contribuíram para fortalecer o sistema, e torná-lo democrático, adequando-se ao cenário contemporâneo com vistas à oferta de uma educação pública e privada de qualidade. Nesse período de atuação no Conselho, foi possível fomentar discussões coletivas e auxiliar na implantação das metas do Plano Distrital de Educação, compartilhando minha experiência como gestor escolar por mais

de uma década e aprendendo com os outros colegas conselheiros. Em resumo, temos construído as políticas públicas de educação do Distrito Federal para que o sistema de ensino venha a se firmar como referência para todo o país.

6. RCC - Na condição de Conselheiro, o senhor também exerce a função de Presidente da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas (CPLN). Quais são as deliberações dessa Câmara, os destaques de seu funcionamento e a sua importância?

Fábio - Cabe a essa Câmara examinar e apreciar matérias relacionadas com a administração, com o planejamento e com questões de natureza jurídica e normativa do sistema de ensino, bem como assuntos e questões de natureza educacional que lhe sejam submetidos pelo Secretário de Estado de Educação, cuja apresentação é feita por iniciativa de seus conselheiros ou por entidades da sociedade civil, concernentes à aplicação da legislação educacional. Cabe destacar que aprovamos nessa Câmara a Resolução n.º 2/2016, que permite à SEEDF, por meio de seu órgão próprio e em caráter excepcional, autorizar o funcionamento de cursos, a título precário, para instituições educacionais que tenham iniciado suas atividades sem amparo legal, desde que constatem condições satisfatórias para funcionamento, mediante parecer favorável de um engenheiro, licença ou alvará de funcionamento que contemple o ensino proposto, além da comprovação de profissionais habilitados para o exercício da função - contratados ou a serem contratados. Buscou-se, assim, fornecer maior autonomia aos gestores de educação, com o intuito de reduzir a burocratização e concretizar os planos idealizados.

7. RCC - A partir da Lei de Gestão Democrática de 2012, o CEDF passou a ter uma nova composição. Como o Conselheiro considera essa atual composição, caracterizada por novas representatividades na discussão e na deliberação coletiva de matérias relevantes para a educação e para o Sistema de Ensino do Distrito Federal?

Fábio - Sou defensor árduo do trabalho coletivo e da atual representação democrática do colegiado, que envolve diversos setores da sociedade e representa substancialmente a comunidade escolar, pois inclui representantes dos estudantes, dos sindicatos das categorias educacionais e da educação privada e pública. São representações que têm muito a contribuir com o debate das políticas educacionais, já que o Conselho de Educação exerce uma função importantíssima para a Educação no Distrito Federal. Assim, espero que essa

composição favoreça a ampliação da atuação coletiva, em todas as instâncias da SEEDF, e que todas as políticas e projetos apreciados no CEDF tenham o olhar de cada ente da comunidade escolar, com vistas a uma educação de qualidade com equidade.

8. RCC - Como o senhor concebe o papel do Conselho de Educação para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, considerando, principalmente, as matérias afetas às suas competências?

Fábio - O Conselho de Educação do Distrito Federal tem fundamental importância para a Educação no DF, já que é um órgão consultivo-normativo de deliberação coletiva e de assessoramento superior à Secretaria de Estado de Educação, com a atribuição de definir normas e diretrizes para o sistema de ensino do Distrito Federal, bem como de orientar, fiscalizar e acompanhar o ensino das redes pública e privada do Distrito Federal, além de outras competências que lhe são conferidas pela legislação federal e distrital. A educação está passando por um processo de renovação/reformulação de suas políticas, principalmente a educação básica, com a implantação do novo ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular, que é uma das estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para melhorar a educação básica, que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. O Conselho terá um importante papel na condução desse processo, devendo ser protagonista dessas ações no Distrito Federal. Ele terá a missão de auxiliar o poder executivo no encaminhamento para a Câmara Legislativa do Distrito Federal de um Projeto de Lei do Sistema de Ensino do Distrito Federal em cumprimento ao que prevê o Plano Distrital de Educação (PDE). Sendo assim, teremos muito trabalho pela frente.

9. RCC - Quais as perspectivas para o futuro da educação, nos âmbitos público e privado do Sistema de Ensino do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços ofertados?

Fábio - Estamos ampliando a oferta da Educação em Tempo Integral nos ensino fundamental e médio. Iremos continuar o debate sobre a reformulação do ensino médio e continuar oferecendo um simulado do Enem para todos os estudantes da 3ª série do ensino médio das redes pública e privada e da educação de jovens e adultos. Ampliaremos a oferta da educação infantil para todos os estudantes de quatro e cinco anos. Outra atividade importante é a continuidade da implantação da avaliação institucional das escolas particulares da rede de ensino brasiliense, considerando a experiência da rede pública de ensino, além da valorização dos nossos profissionais. ■